



CABO DE SANTO AGOSTINHO

FACHUCA

RESOLUÇÃO T.C. N° 01/2014

ITEM

23

Exercício de 2013



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO – 2013

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do

Cabo de Santo Agostinho

Resolução TC Nº 01/2014

Item Nº 23

Demonstrativo referente aos Relatórios de Auditorias

MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

O Município do Cabo de Santo Agostinho através de sua Controladoria Geral iniciou no exercício de 2013 a Auditoria realizada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho - FACHUCA. A equipe responsável pela Auditoria foram os servidores Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra, matrícula 40.670, Glesson Stelio Vieira Barbosa, matrícula 32.471 e Walton Pereira Lima, matrícula 32.466, supervisionados pela Controladora Geral. O objeto da Auditoria foi apurar as denúncias protocoladas no Gabinete do Prefeito. O tempo transcorrido entre o início e a conclusão do relatório se sucedeu entre 18 de setembro de 2013 a 13 de fevereiro de 2014. As medidas adotadas quando da denúncia foram de imediato a nomeação da comissão de auditoria e a exoneração do Diretor e Vice-Diretor da FACHUCA bem como, a nomeação interinamente da Prof. Tereza de Jesus S. Lira e Silva. Durante o período da Auditoria foi solicitado pelo Controle Interno que a nova direção sanasse as irregularidades encontradas, e, após conclusão da Auditoria foi oficiado o Órgão Ministerial.

Cabo, 18 de março de 2014.

Alinne Giraine Liberal Torres
Alinne Giraine Liberal Torreão
Controladora

Matricula 40.511



RELATÓRIO DE AUDITORIA I



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

AUDITORIA ESPECIAL NA FACHUCA DE ACORDO COM A PORTARIA
GAPRE Nº 0541 DE 18/09/2013.

Auditoria de Avaliação da Gestão.

Base Legal: Constituição Federal Art. 70 “in verbis”.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (grifos nosso)

Período de realização: Setembro de 2013

Composição da equipe: Presidente, Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra, Mat. 40670.
Membro, Glesson Stelio Vieira Barbosa, Mat. 32470.
Membro, Walton Pereira Lima, Mat. 32466.



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

SUMÁRIO

- ❖ – INTRODUÇÃO
- ❖ – OBJETIVO
- ❖ – CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- ❖ – CONCLUSÃO
- ❖ – ANÁLISE
- ❖ – RECOMENDAÇÕES
- ❖ – ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

- INTRODUÇÃO:

O presente trabalho foi realizado em cumprimento a Portaria Gapre nº 0541, de 18 de Setembro de 2013, nos trabalhos de campo foram examinados documentos relativos ao período de Janeiro a Agosto de 2013. O respectivo relatório é organizado da seguinte forma: introdução, objetivo, considerações iniciais, conclusão, análises, recomendações e anexos.

- OBJETIVO:

Verificar adequação dos procedimentos administrativos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicações das subvenções e renúncia de receitas, de acordo com a legislação em vigor.

- CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

O Estado, desde os períodos mais remotos até os atuais, para cumprir suas finalidades de promover o bem estar e o desenvolvimento social necessita de receitas e realizar despesas em prol da sociedade. Os recursos despendidos ou gastos pelo Estado pertencem ao povo. Assim sendo, existem regras para a arrecadação de receitas e realização de despesas. As regras gerais são estabelecidas pelo poder Legislativo em nome dos cidadãos que lhe conferem esse poder e devem ser cumpridas por todos os poderes. Durante os trabalhos de campos efetuados pelos membros desta auditoria foram encontradas várias situações agredindo as Leis 4.320/1964, 101/2000, 8.212/1991, 8.212/1991, 8.429/1992, 1.993/2001(Municipal), Decreto-Lei 2.848/1940 e Constituição Federal.

- CONCLUSÃO:

A autarquia no período auditado desrespeitou normas da Lei 4.320/1964 art.56, art. 60, art.63 § 1º e 2º e o art. 75 incisos I a III, Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) art. 8º, Lei 8.212/1991 art. 30 inciso I, art. 31 § 1º ao 4º, Lei 8.429/1992 art. 10 inciso I, Lei Municipal 1.993/2001 art.70 inciso I, art. 73 inciso I, Decreto-Lei 2.848/1940 art. 168-A, Constituição Federal art. 37 inciso II, como também princípios públicos decorrentes destas normas legais e da Constituição Federal. Diante das irregularidades encontradas no período analisado sugerimos o encaminhamento do relatório ao Ministério Público.

- ANÁLISES:

Nos trabalhos de campo foram encontradas diversas irregularidades tais como: pagamento efetuado sem prévio empenho, impostos e contribuições retidas e não repassados as entidades competentes, pagamentos a fornecedores sem retenção de tributo obrigado por lei, receitas não contabilizadas e despesas não autorizadas (caixa



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

2), nota fiscal com indícios de alteração no valor, falta de assinatura do liquidante nos pagamentos de despesas, recolhimentos de encargos sociais em atraso, pagamento a fornecedor após protesto em cartório, também, identificamos alguns procedimentos realizados de forma arcaica que precisam de melhoramentos para melhor eficiência e transparência na Autarquia tal folha de pagamento mecanizada e paga diretamente aos servidores. Deixamos a observação que no decorrer da auditoria passamos algumas orientações verbais à direção e aos servidores da tesouraria.

Situações Irregulares:

1.1- Despesa com vestibular 2013, processo realizado diretamente pela entidade, totalizando um valor de R\$ 10.910,05 (dez mil e novecentos e dez reais e cinco centavos);

a) O pagamento referente à despesa do empenho nº 52 foi realizada antes da emissão do mesmo;

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. Lei (4.320/1964)

b) Houve retenções nos pagamentos aos prestadores pessoas físicas de ISS e INSS sem repasses ao Município e Previdência respectivamente;

Art. 15. Considera-se:

I - empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional; (grifos nosso)

Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas:

I - a empresa é obrigada à: a) arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração; (8.212/1991).

Apropriação indébita previdenciária

Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: (Decreto-Lei 2.848/1940)

c) Alguns recibos nos processos de pagamentos sem a respectiva assinatura do credor;

d) Pagamentos aos diretores da Fachuca por serviços prestados a mesma, valores efetuados sem quaisquer descontos legais empenhos 39 e 37.

Anexo pág. 01 a 52



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

- 1.2- Pagamentos efetuados a vencedora em processo licitatório, por serviços de reforma, a empresa Vektor Engenharia e Consultoria Ltda. CNPJ 02.268.011/0001-82. Não houve retenções dos tributos ISS, INSS e IR, como também, sem apresentação das certidões negativas do fornecedor. Valor R\$ 101.926,16 (cento e um mil novecentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos);

Art. 31. A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33

§ 1º O valor retido de que trata o caput deste artigo, que deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, poderá ser compensado por qualquer estabelecimento da empresa cedente da mão de obra, por ocasião do recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social devidas sobre a folha de pagamento dos seus segurados.

§ 2º Na impossibilidade de haver compensação integral na forma do parágrafo anterior, o saldo remanescente será objeto de restituição.

§ 3º Para os fins desta Lei, entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade-fim da empresa, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação.

§ 4º Enquadram-se na situação prevista no parágrafo anterior, além de outros estabelecidos em regulamento, os seguintes serviços:

I - limpeza, conservação e zeladoria;

II - vigilância e segurança;

III - empreitada de mão-de-obra;

IV - contratação de trabalho temporário na forma da Lei nº 6019, de 3 de janeiro de 1974.

§ 5º O cedente da mão-de-obra deverá elaborar folhas de pagamento distintas para cada contratante. (Lei 8.212/1991)

Anexo pág. 53 a 57

- 1.3- Folha de pagamento do setor administrativo efetuado por processo arcaico e feito diretamente aos beneficiários sem depósito em conta corrente, valor bruto do empenho R\$ 8.691,81 (oito mil e seiscentos e noventa e um reais e oitenta e um centavos), inclusive toda folha de pagamento da entidade é feita com o mesmo procedimento. Não há irregularidade neste caso apenas deixamos a ressalva que o sistema deve ser aperfeiçoado para uma melhor transparência e eficiência;

Anexo pág. 58 a 78



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

- 1.4- Recolhimento em atraso de FGTS 11/2012, 12/2012, 03/2013 e INSS 11/2012 e 12/2012 provocando encargos respectivamente de R\$ 994,01 (novecentos e noventa e quatro reais e um centavo) e R\$ 4.271,11 (quatro mil duzentos e setenta e um reais e onze centavos). Falta de planejamento e dispêndios de recursos;

Anexo pág. 79 a 83

- 1.5- Pagamentos no valor de R\$ 22.739,73 (vinte e dois mil reais setecentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos) feito à direção da entidade competência Jan/2013. Falta de dispositivo legal regulamentando a matéria, deixamos a ressalva que a única norma encontrada em relação à remuneração da direção da Fachuca é o decreto nº 684/81 que equipara os vencimentos dos diretores de Autarquias com a remuneração dos secretários municipais e a do vice-diretor em 50% dos vencimentos daqueles, e entendemos que só através de lei é que se poderiam criar tais direitos para os diretores e a respectiva obrigação para a entidade;

Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; (grifos nosso)

II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços (Lei 4.320/1964)

Anexo pág. 84 a 91

- 1.6- Conta de energia elétrica de um dos prédios da Fachuca ainda em nome de pessoa física o Sr. Alberto José Gomes CPF 104.944.484-15. Recomendamos a devida alteração;

Anexo pág. 92

- 1.7- Convênio supostamente verbal com a farmácia E. R. Alves Junior Farmácia ME CNPJ 07.182.676/0001-92 onde os servidores compram medicamentos na empresa e os valores são descontados em folha, fazemos a observação que nos processos de pagamentos ao conveniado constam apenas recibos e falta o controle de retirada de medicamentos e lista dos servidores com respectivas assinaturas. Os valores totais pagos ao fornecedor no período auditado não correspondem aos descontos em folha na mesma época, valor total pago R\$ 14.705,71 (quatorze mil reais e setecentos e cinco reais e setenta e um centavo) valor descontado em folha R\$ 4.955,42 (quatro mil reais e novecentos e



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), diferença encontrada R\$ 9.750,29 (nove mil e setecentos e cinquenta reais e vinte e nove centavos);

Anexo pág. 93 a 135

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei; (Lei 8.429/1992)

- 1.8- Folha de pagamento avulsa para Guarda Municipal (Fevereiro/2013) valor R\$ 2.392,83 (dois mil e trezentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos). Isto ocorre mensalmente, entretanto, os guardas já são servidores do Município e a Autarquia não precisa remunerar os mesmos, recomendamos informar o órgão responsável pela guarda e solicitar os serviços de guarda patrimonial. A controladoria já oficiou a Autarquia para esta regularização;

Anexo pág. 136 e 137

- 1.9- Retenções de INSS e ISS de prestadores de serviços pessoas físicas a entidade valores respectivamente de R\$ 11.791,75 (onze mil setecentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos) e R\$ 4.643,38 (quatro mil e seiscentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos). De acordo com a relação de empregado da GFIP nos períodos correspondentes a entidade não está informando nem repassando os valores à previdência social, também não consta nenhum DAM recolhendo os valores de ISS ao Município em relação ao imposto sobre serviços a Autarquia não vem cumprindo corretamente a Lei Municipal 1.993/2001;

Apropriação indébita previdenciária

Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: (Decreto-Lei 2.848/1940).

Art. 73 -Considera-se responsável solidariamente pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISS:

I - qualquer tomador de serviço, pessoa física ou jurídica, quando o prestador do serviço estabelecido ou domiciliado neste Município não comprovar a sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes ou deixar de emitir a Nota Fiscal de Serviços, estando obrigado a fazê-lo; (Lei 1.993/2001)



**PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM**

Art. 70 - São isentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza os profissionais autônomos, sem formação profissional, que exerçam as seguintes atividades:

I - Alfaiate, Amolador, Artesão, Arrumadeira, Barbeiro, Bordadeira, Borracheiro, Camareira, Carpinteiro, Carregador, carroceiro, Chaveiro, Colchoeiro, Cozinheiro, Couteleiro, Depiladora, Doceira, Eletricista, Encanador, Engraxate, Faxineiro, Ferrador, Ferreiro, Funileiro, Jardineiro, Lavadeira, Lavador, Manicure, Passadeira, Pasteleira, Pedicure, Pedreiro, Pintor, Pipoqueiro, Relojoeiro, Sapateiro, Saleiro, Servidor, Soldador, Vigia e Zelador. (Lei 1.993/2001)

Anexo pág. 138 a 307

- 1.10- Arrecadação não prevista no orçamento e pagamentos não autorizados pelo mesmo, (caixa 02), valores pagos R\$ 7.739,46 (sete mil e setecentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos), receitas depositadas em conta corrente R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais). Não previsão em lei, total falta de transparência na arrecadação da receita e nos gastos efetuados pelo método, retirada pelo diretor de valores neste caixa sem prestações de contas, recibos inadequados, total falta de controle de arrecadação e pagamentos. Tendo em vista a dificuldade pelos membros da auditoria para efetuar cópias dos documentos encontrados neste caixa, foram agrupados alguns recibos de retiradas e pagamentos, digitalizados para servir como um parâmetro, apesar da precariedade dos documentos originais, os mesmos encontram-se em poder da Autarquia;

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais. (Lei 4.320/1964)

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

- I - a origem e o objeto do que se deve pagar;*
- II - a importância exata a pagar;*
- III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.*

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

- I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;*
- II - a nota de empenho;*



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço. (Lei 4320/1964)

Anexo pág. 308 a 310

- 1.11- Pagamento a S.O.S Comércio e Serviços CNPJ 06.073.352/0001-53 somente após a mesma protestar a Autarquia em cartório de ofício, valor original R\$ 1.999,98 (mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) referente as nota fiscal fatura nº 3615, 3616, 3617, 3620, 3618, 3619, 3668, 3659, 3658, 3656 e 3657, pago em cartório R\$ 2.309,71 (dois mil trezentos e nove reais e setenta e um centavos) soma das respectivas notas e custas. Ocorreu falta de controle, planejamento e cumprimento da execução orçamentária;

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. (Lei 101/2000)

Anexo pág. 311 a 330

- 1.12- Pagamento a empresa Francisco De Assis F Lima – ME CNPJ 00.810.161/0001-40 no valor de R\$ 463,64 (quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos), inclusive em consulta ao site da receita federa a empresa não é optante pelo simples nacional. Falta nota fiscal do fornecedor consta apenas um mero recibo, isso ocorre com frequência em vários pagamentos;

Anexo pág. 331 a 335

- 1.13- Quadro do pessoal em desacordo as normas constitucionais, haja vista existência de pessoal contratado sem concurso antes e após a constituição de 1.988, e com situação ainda não definida pela Autarquia;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Constituição Federal)

Anexo pág. 336 e 337



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

- 1.14- Atrasos constantes no envio das prestações de contas do PROUPE - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS EM PERNAMBUCO, ocasionando transtornos, cobranças e avisos de possível perda do convênio, situação atualmente sendo solucionada pela nova direção;

Anexo pág. 338 a 342

- 1.15- A entidade encontra-se em mora com a previdência própria dos servidores do Município CABOPREV, pendência com os repasses das contribuições descontadas e com a parte patronal no período de Abril a Agosto, valor total R\$ 70.896,74 (setenta mil e oitocentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos);

Anexo pág. 343

- 1.16- 03 (três) estagiários sendo que 02 (dois) recebendo bolsa de um salário mínimo R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), e o outro R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais). Princípio da isonomia ferido e vínculo familiar do favorecido com a direção;

Anexo pág. 344 e 345

- 1.17- Pagamentos nos meses de Abril e Fevereiro à Sra. Carla Ferreira dos Santos, valor total R\$ 1.223,96 (um mil e duzentos e vinte reais e noventa e seis centavos). A mesma não faz parte do quadro de funcionários da autarquia e segundo declaração não foi prestado nenhum serviço a entidade;

Anexo pág. 346 a 357

- 1.18- Pagamentos a Marcia Maria do Nascimento 55220088491 CNPJ 14.820.990/0001-19, notas fiscais 0066 e 0064 com fortes indícios de adulteração na quantidade dos itens e no valor total, na quantidade foi alocado o número 1 (um) transformando dezenas em centenas e no valor total posto um 4 (quatro) à frente, alterando os valores 52,00 (cinquenta e dois) para 452,00 (quatrocentos e cinquenta e dois) e 32,00 (trinta e dois) para 432,00 (quatrocentos e trinta e dois). Os documentos foram digitalizados para uma melhor visualização;

Anexo pág. 358 a 364

- 1.19- Antes do encerramento dos trabalhos de campo foi detectado junto a Caixa Econômica Federal um débito referente a dois parcelamentos relativos à FGTS, nos dois casos a Autarquia só pagou a primeira parcela e abandonou os mesmos,



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

inclusive os valores estão ajuizados e o valor total da dívida é de R\$ 747.786,23 (setecentos e quarenta e sete mil e setecentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos). Dada à gravidade desta situação e o valor muito expressivo, recomendamos uma avaliação individual financeira e jurídica.

Anexo pág. 365

– Recomendamos: Tendo em vista o cumprimento das normas legais, transparência, publicidade, economicidade e continuidade dos objetivos da Autarquia.

Recomendações:

- 1.1- Levantamento patrimonial do imobilizado tombado, medição dos limites da área pertencente à entidade, inventário dos livros constante na biblioteca;
- 1.2- Capacitação do pessoal responsável pela tesouraria;
- 1.3- Exigência de nota fiscal eletrônica de todos os fornecedores e prestadores de serviços, exceto ao Microempreendedor Individual – MEI, conforme protocolo ICMS 42 e legislação;
- 1.4- Estudo para um melhor aproveitamento das áreas físicas, pois só no período noturno é bem aproveitada;
- 1.5- Atualização do Estatuto da Autarquia;
- 1.6- Implantação de dispositivo legal quanto à remuneração dos diretores da entidade;
- 1.7- Adequação aos dispositivos constitucionais do pessoal contratado antes da promulgação da C.F de 1.988 e após a mesma;
- 1.8- Adequação eletrônica e bancária da folha de pagamento;
- 1.9- Efetuar cotações de preços nas compras e serviços prestados à entidade;
- 1.10- Verificar no site da receita federal se os fornecedores e prestadores de serviços são optantes pelo simples. Caso não sejam enquadrados no supersimples, efetuar as retenções de tributos conforme legislação em vigor;
- 1.11- Consultar o art. 70 da Lei Municipal 1.993/2001 que isenta diversos autônomos do ISS (impostos sobre serviços), com o objetivo de evitar retenções indevidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

1.12- Reter o ISS (impostos sobre serviços) de acordo com o Art. 73 da Lei Municipal 1.993/2001 que considera responsável pelo imposto qualquer tomador de serviços, pessoa física ou jurídica, quando o prestador do serviço estabelecido ou domiciliado neste Município não comprovar a sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes ou deixar de emitir a Nota Fiscal de Serviços, estando obrigado a fazê-lo.

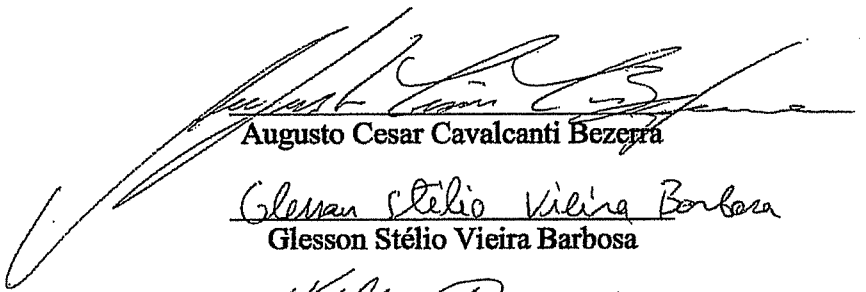
1.13- Proceder respectivo processo licitatório, quando assim for necessário.

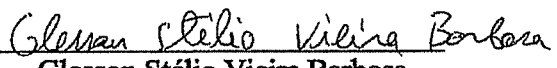
- Diretores responsáveis pela Autarquia no período auditado:

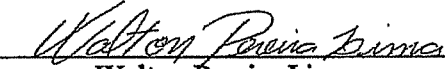
Nº	Matrícula	Nome	RG	CPF
01	067	Joaquim Severino da Silva Filho	1.373.908 SSP-PE	124.721.824-49
02	006	Vera Lúcia Gonçalves Lins	128.943 SSP-AL	076.559.594-04

É o Relatório

Cabo de Santo Agostinho, 10 de outubro de 2013.


 Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra


 Glesson Stélio Vieira Barbosa


 Walton Pereira Lima



RELATÓRIO DE AUDITORIA II



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2013

RESOLUÇÃO TC Nº 01/2014

ITEM 23


ANEXO I

CÓPIAS DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIAS REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO DO ÓRGÃO, INFORMANDO QUE MEDIDAS FORAM TOMADAS PARA SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES ACASO ENCONTRADAS.

**PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO****PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2013****CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO****Demonstrativo referente aos Relatórios de Auditorias****Item Nº 23 - Resolução TC Nº 01/2014**

O Município do Cabo de Santo Agostinho através de sua Controladoria Geral iniciou no exercício de 2013 a Auditoria realizada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho - FACHUCA. A equipe responsável pela Auditoria foram os servidores Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra, matrícula 40.670, Glesson Stelio Vieira Barbosa, matrícula 32.471 e Walton Pereira Lima, matrícula 32.466, supervisionados pela Controladora Geral. O objeto da Auditoria foi apurar as denúncias protocoladas no Gabinete do Prefeito. O tempo transcorrido entre o início e a conclusão do relatório se sucedeu entre 18 de setembro de 2013 a 13 de fevereiro de 2014. As medidas adotadas quando da denúncia foram de imediato a nomeação da comissão de auditoria e a exoneração do Diretor e Vice-Diretor da FACHUCA bem como, a nomeação interinamente da Prof. Tereza de Jesus S. Lira e Silva. Durante o período da Auditoria foi solicitado pelo Controle Interno que a nova direção sanasse as irregularidades encontradas, e, após conclusão da Auditoria foi oficiado o Órgão Ministerial.

Cabo, 24 de fevereiro de 2014.


Alinne Girlaine Liberal Torreão
Controladora
Matricula 40.511



**PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

AUDITORIA ESPECIAL NA FACHUCA DE ACORDO COM A PORTARIA
GAPRE Nº 0541 DE 18/09/2013.

Auditoria de Avaliação da Gestão.

Base Legal: Constituição Federal Art. 70 “in verbis”.

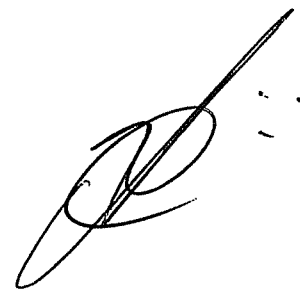

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (grifos nosso)

Período de realização: Janeiro de 2014

Composição da equipe: Presidente: Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra, Mat. 40670.
Membro: Glesson Stelio Vieira Barbosa, Mat. 32470.
Membro: Walton Pereira Lima, Mat. 32466.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ACHADOS DE AUDITORIA	4
2.1. IRREGULARIDADES	4
2.1.1. Pagamento irregular à empresa UNIGED - UNIDADE DE GESTÃO EDUCACIONAL LTDA – ME.	4
2.1.2. Recolhimento em atraso do FGTS.	4
2.1.3. Pagamentos indevidos feitos à Direção da Autarquia.	4
2.1.4. Conta de Energia Elétrica em nome de Pessoa Física.	5
2.1.5. Contratação Indevida de Guardas Municipais pela Autarquia.	5
2.1.6. Recolhimento de Tributos sem o devido repasse ao Órgão Arrecadador competente.	5
2.1.7. Arrecadação não prevista no Orçamento e pagamentos não autorizados (caixa 02).	6
2.1.8. Recibo de pagamento assinado por pessoa diversa da que consta do Empenho a que está vinculado o referido pagamento.	6
2.1.9. Favorecimento na contratação de estagiários.	7
2.1.10. Contratação e pagamentos à fornecedores e prestadores de serviços de forma ilegal.	7
2.1.11. Compra de materiais inúteis para a Autarquia.	7
2.1.12. Existência de Execuções Fiscais contra a Autarquia.	7
3. CONCLUSÃO	8
3.1. RESPONSABILIZAÇÃO	8
3.2. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO	8
3.2.1 Recomendações	8

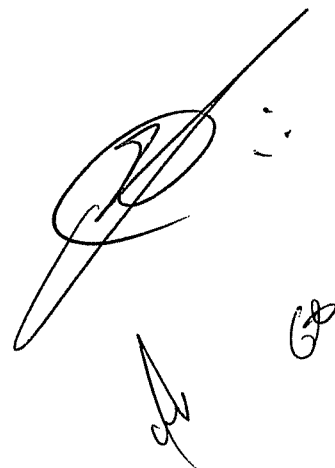




1. INTRODUÇÃO

Conforme Portaria Gapre nº 0541, de 18 de Setembro de 2013, foi realizada Auditoria Especial na FACHUCA – FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS, relativa ao período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012, tendo por objetivo:

Verificar adequação dos procedimentos administrativos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicações das subvenções e renúncia de receitas, de acordo com a legislação pertinente.

O Estado, desde os períodos mais remotos até os atuais, para cumprir suas finalidades de promover o bem estar e o desenvolvimento social necessita de receitas e realizar despesas em prol da sociedade. Os recursos despendidos ou gastos pelo Estado pertencem ao povo. Assim sendo, existem regras para a arrecadação de receitas e realização de despesas. As regras gerais são estabelecidas pelo poder Legislativo em nome dos cidadãos que lhe conferem esse poder e devem ser cumpridas por todos os poderes.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

2. ACHADOS DE AUDITORIA

Concluída a Auditoria, foram identificados os achados de auditoria relacionados nos itens a seguir:

2.1. IRREGULARIDADES

2.1.1. Pagamento irregular à empresa UNIGED - UNIDADE DE GESTÃO EDUCACIONAL LTDA - ME.

A FACHUCA realizou pagamento à empresa UNIGED-UNIDADE DE GESTÃO EDUCACIONAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.274.238/0001-80. Contudo, deixou de realizar as retenções dos tributos ISS, e IR retido na fonte, pois apesar da razão social constar "ME" (micro empresa) a mesma não se encontra cadastrada no "Super Simples", conforme consulta em anexo ao relatório, como também, deixou de exigir apresentação das respectivas certidões negativas do prestador de serviços.

Ademais, vale ressaltar, ainda, que o valor contratual foi o limite máximo permitido para dispensa de licitação na contratação de serviços gerais pelas autarquias, totalizando R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Art. 193. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. Lei 5.172/1966 (código tributário)

*Art. 47. É exigida Certidão Negativa de Débito-CND, fornecida pelo órgão competente, nos seguintes casos:
I - da empresa:
na contratação com o Poder Público e no recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou crédito concedido por ele; Lei 8.212/1991*

ANEXO 01

2.1.2. Recolhimento em atraso do FGTS.

A Autarquia realizou recolhimento em atraso de FGTS relativo à competência 10/2012, provocando, assim, encargos de R\$ 197,46 (cento e noventa e sete reais e quarenta e

seis centavos). Ressalva quanto à falta de planejamento e dispêndios de recursos desnecessários;

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Lei 101/2000 (lei de responsabilidade fiscal)

ANEXO 02

2.1.3. Pagamentos indevidos feitos à Direção da Autarquia.

Verificaram-se folhas de pagamentos à Direção da Autarquia, em desacordo com o estatuto em vigor na época, haja vista a falta de dispositivo legal regulamentando a matéria. Deixamos a ressalva que a única norma encontrada em relação à remuneração da direção da Fachuca é o Decreto Municipal nº 684/81 que equipara os vencimentos dos diretores de Autarquias com a remuneração dos Secretários Municipais e a do vice-diretor em 50% dos vencimentos daqueles. No entanto, só através de lei é que se poderiam criar tais direitos para os diretores e a respectiva obrigação para a entidade.

Logo, como os diretores acumulavam suas funções com a do magistério somamos apenas as rubricas dos contracheques denominada de "salário direção" e estas no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012 totalizaram o montante de R\$ 103.515,00 (cento e três mil, quinhentos e quinze reais).

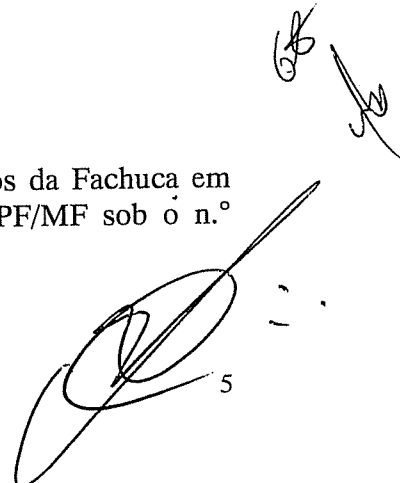
Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

- I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; (grifos nosso)*
- II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;*
- III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços (Lei 4.320/1964)*

ANEXO 03

2.1.4. Conta de Energia Elétrica em nome de Pessoa Física.

Encontrou-se, também, a conta de energia elétrica de um dos prédios da Fachuca em nome da Pessoa Física do Sr. Alberto José Gomes, inscrito no CPF/MF sob o n.º 104.944.484-15. Recomendamos a devida alteração;



ANEXO 04

2.1.5. Contratação Indevida de Guardas Municipais pela Autarquia.

A Autarquia efetuou pagamentos a 05 (cinco) efetivos da Guarda Municipal de Cabo de Santo Agostinho no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012, inclusive com pagamento de 13º salário, valor de um salário mínimo a cada componente, havendo, inclusive, retenção do INSS sem o devido repasse a previdência social, haja vista que nenhum dos componentes fez parte da relação de empregados informada à previdência social através da GFIP, conforme se verifica na relação de empregados da Autarquia informada por GFIP no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012 em anexo (anexo 06) ao relatório.

Como os guardas já são servidores do Município, a Autarquia não precisaria remunerar os mesmos.

O valor total gasto com esta irregularidade no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012 totalizou R\$ 76.055,00 (setenta e seis mil e cinquenta e cinco reais).

ANEXO 05

2.1.6. Recolhimento de Tributos sem o devido repasse ao Órgão Arrecadador competente.

Foram encontrados diversos pagamentos a pessoas físicas com retenções de INSS e ISS, muitos destes pagamentos inclusive sem a assinatura dos credores nos recibos e de acordo com a relação de empregados da GFIP nos períodos correspondentes a entidade não estava repassando os valores à previdência social, o montante total de valores previdenciários retidos e não repassados ao INSS no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012 é de R\$ 21.042,44 (vinte e um mil e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), caracterizando o Crime de Apropriação Indébita, tipificado no art. 168-A, do Código Penal Brasileiro. Informamos que as relações de empregados das GFIP do período mencionado encontram-se em anexo ao relatório.

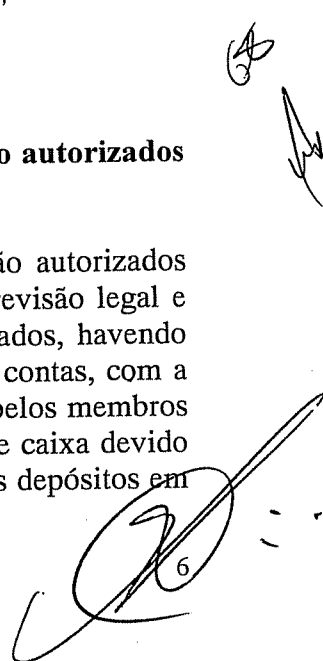
Apropriação indébita previdenciária

"Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional."

ANEXO 06

2.1.7. Arrecadação não prevista no Orçamento e pagamentos não autorizados (caixa 02).

Foi verificado arrecadação não prevista no orçamento e pagamentos não autorizados pelo mesmo, ficando caracterizada a realização de caixa 02. Falta de previsão legal e transparência nos métodos de arrecadação da receita e nos gastos efetuados, havendo diversas retiradas pelo Diretor de valores neste caixa sem prestações de contas, com a confecção de vários recibos inadequados. Tendo em vista a dificuldade pelos membros da auditoria para conseguir fotocópias dos documentos encontrados neste caixa devido sua precariedade, foram agrupados vários recibos de pagamentos e alguns depósitos em



conta corrente da Autarquia, estes das possíveis sobras do caixa 2, e digitalizados para servir como parâmetro, os mesmos se encontram na Autarquia;

"Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais." (Lei 4.320/1964)

"Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acôrdo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço." (Lei 432/1964)

ANEXO 07

2.1.8. Recibo de pagamento assinado por pessoa diversa da que consta do Empenho a que está vinculado o referido pagamento.

Verificou-se um pagamento à ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.576.876/0001-79. No entanto, no processo de pagamento consta apenas um recibo com a denominação Rádio Estúdio FM 102,5. Ocorre que além da ausência de nota fiscal, o CNPJ constante no recibo não é o mesmo do empenho e, estranhamente, o CNPJ informado no empenho de nº 11.294.402/0001-62 é do MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO (CABO GABINETE PREFEIRO). Valor do pagamento R\$ 200,00 (duzentos reais).

ANEXO 08

2.1.9. Favorecimento na contratação de estagiários.

Havia 03 (três) estagiários, dos quais 02 (dois) recebendo bolsa de um salário mínimo de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte dois reais) à época e o terceiro percebendo a quantia de R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais). Falta da isonomia e vínculo familiar do favorecido com a Direção;

ANEXO 09

2.1.10. Contratação e pagamentos à fornecedores e prestadores de serviços de forma ilegal.

Foi verificado, ainda, pagamentos feitos a fornecedores e prestadores de serviços sem a autarquia seguir as normas legais para contratação, tais como, cotações de preços e exigência de certidões. Anexamos, aleatoriamente, alguns pagamentos do ano de 2011 e 2012 e informamos a existência de muitos outros.

ANEXO 10

2.1.11. Compra de materiais inúteis para a Autarquia.

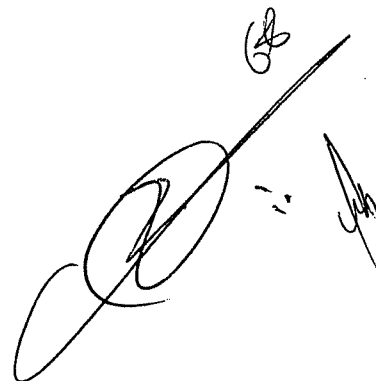
Verificamos alguns pagamentos à JOSÉ JOÃO DA SILVA DECORAÇÕES ME - CNPJ 04.454.030/0001-29, notas fiscais 0803, 0814 e 0913 totalizando o valor de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais). A irregularidade encontra-se no material comprado pela autarquia, pois este não tem qualquer finalidade com os fins da autarquia, por mais estranho que pareça o material descrito nas notas fiscais são coroas de flores para funerais.

ANEXO 11

2.1.12. Existência de Execuções Fiscais contra a Autarquia.

Verificamos alguns pagamentos relativos a pagamentos de ações de execução fiscal de FGTS inscritos em dívida ativa, inclusive a Autarquia fez dois parcelamentos junto a Caixa Econômica Federal e não conseguiu cumprir os mesmos. Recentemente a entidade fez um terceiro parcelamento com a Caixa, isso com o objetivo da liberação do CRF (certificado de regularidade do FGTS) afim da renovação dos cursos que a Autarquia ministra. Orientamos que seja feita uma auditoria por empresa especializada no assunto, afim de que seja apurado o montante real devido pela Fachuca, e seja realizada uma defesa judicial contra esta cobrança, conforme extrato emitido pela Caixa, o montante devido em 09/10/2013 totalizava R\$ 747.786,23 (setecentos e quarenta e sete mil e setecentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos). Deixamos o esclarecimento que pela quantidade de empregados nos anos que analisamos nos parece improvável uma dívida neste montante, isso pode ter acontecido por informações erradas através da GFIP.

ANEXO 12

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

3. CONCLUSÃO

Desta feita, observamos que a Autarquia, no período auditado, desrespeitou normas das Leis 4.320/1964, 101/2000, 8.212/1991, 8.429/1992, Lei Complementar n.º 116/03 e o Decreto-Lei 2.848/1940 como também princípios públicos decorrentes destas normas legais e da Constituição Federal.

3.1. RESPONSABILIZAÇÃO

Diretores responsáveis pela Autarquia no período auditado:

Joaquim Severino da Silva Filho, CPF 124.721.824-49;
Vera Lúcia Gonçalves Lins, CPF 076.559.597-04.

3.2. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

3.2.1. Recomendações

Tendo em vista o sem número de descumprimento das normas legais, transparência, publicidade, economicidade e continuidade dos objetivos da Autarquia, recomendamos:

3.2.1.1. Levantamento patrimonial do mobiliário tombado, medição dos limites da área pertencente à entidade, inventário dos livros constante na biblioteca;

3.2.1.2. Capacitação do pessoal responsável pela tesouraria;

3.2.1.3. Exigência de nota fiscal eletrônica de todos os fornecedores e prestadores de serviços, exceto ao Microempreendedor Individual – MEI, conforme protocolo ICMS 42 e legislação;

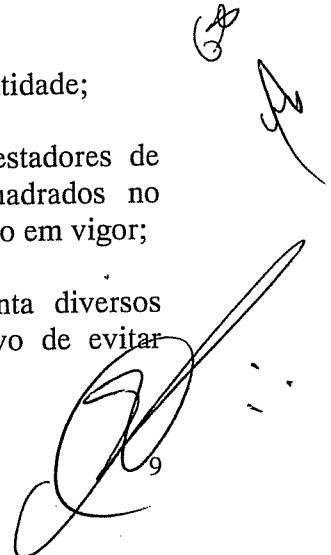
3.2.1.4. Estudo para um melhor aproveitamento das áreas físicas, pois só no período noturno é bem aproveitada;

3.2.1.5. Adequação eletrônica e bancária da folha de pagamento;

3.2.1.6. Efetuar cotações de preços nas compras e serviços prestados à entidade;

3.2.1.7. Verificar no site da receita federal se os fornecedores e prestadores de serviços são optantes pelo simples. Caso não sejam enquadrados no supersimples, efetuar as retenções de tributos conforme legislação em vigor;

3.2.1.8. Consultar o art.º 70 da Lei Municipal 1.993/2001 que isenta diversos autônomos do ISS (impostos sobre serviços), com o objetivo de evitar retenções indevidas;

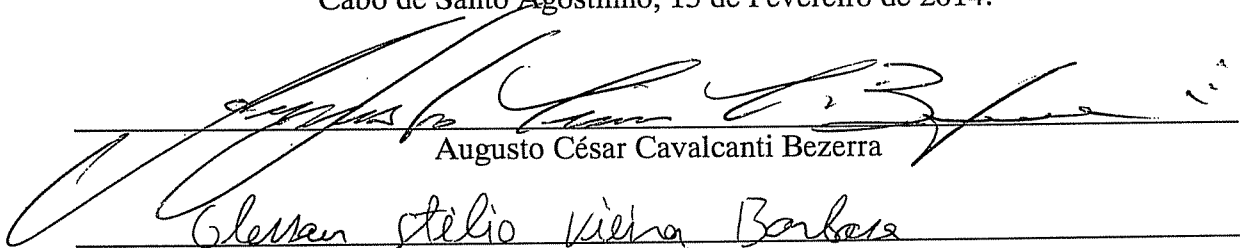


3.2.1.9. Reter o ISS (impostos sobre serviços) de acordo com o Art. 73 da Lei Municipal 1.993/2001 que considera responsável pelo imposto qualquer tomador de serviços, pessoa física ou jurídica, quando o prestador do serviço estabelecido ou domiciliado neste Município não comprovar a sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes ou deixar de emitir a Nota Fiscal de Serviços, estando obrigado a fazê-lo.

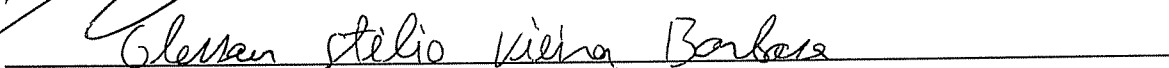
3.2.1.10. Proceder respectivo processo licitatório, quando assim for necessário.

È o Relatório


Cabo de Santo Agostinho, 13 de Fevereiro de 2014.



Augusto César Cavalcanti Bezerra



Glesson Stélio Vieira Barbosa



Walton Pereira Lima



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

AUDITORIA ESPECIAL NA FACHUCA DE ACORDO COM A PORTARIA
GAPRE Nº 0541 DE 18/09/2013.

Auditoria de Avaliação da Gestão.

Base Legal: Constituição Federal Art. 70 “in verbis”.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (grifos nosso)

Período de realização: Setembro de 2013

Composição da equipe: Presidente, Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra, Mat. 40670.
Membro, Glesson Stelio Vieira Barbosa, Mat. 32470.
Membro, Walton Pereira Lima, Mat. 32466.



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

SUMÁRIO

- ❖ – INTRODUÇÃO
- ❖ – OBJETIVO
- ❖ – CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- ❖ – CONCLUSÃO
- ❖ – ANÁLISE
- ❖ – RECOMENDAÇÕES
- ❖ – ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

- INTRODUÇÃO:

O presente trabalho foi realizado em cumprimento a Portaria Gapre nº 0541, de 18 de Setembro de 2013, nos trabalhos de campo foram examinados documentos relativos ao período de Janeiro a Agosto de 2013. O respectivo relatório é organizado da seguinte forma: introdução, objetivo, considerações iniciais, conclusão, análises, recomendações e anexos.

- OBJETIVO:

Verificar adequação dos procedimentos administrativos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicações das subvenções e renúncia de receitas, de acordo com a legislação em vigor.

- CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

O Estado, desde os períodos mais remotos até os atuais, para cumprir suas finalidades de promover o bem estar e o desenvolvimento social necessita de receitas e realizar despesas em prol da sociedade. Os recursos despendidos ou gastos pelo Estado pertencem ao povo. Assim sendo, existem regras para a arrecadação de receitas e realização de despesas. As regras gerais são estabelecidas pelo poder Legislativo em nome dos cidadãos que lhe conferem esse poder e devem ser cumpridas por todos os poderes. Durante os trabalhos de campos efetuados pelos membros desta auditoria foram encontradas várias situações agredindo as Leis 4.320/1964, 101/2000, 8.212/1991, 8.429/1992, 1.993/2001(Municipal), Decreto-Lei 2.848/1940 e Constituição Federal.

- CONCLUSÃO:

A autarquia no período auditado desrespeitou normas da Lei 4.320/1964 art.56, art. 60, art.63 § 1º e 2º e o art. 75 incisos I a III, Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) art. 8º, Lei 8.212/1991 art. 30 inciso I, art. 31 § 1º ao 4º, Lei 8.429/1992 art. 10 inciso I, Lei Municipal 1.993/2001 art.70 inciso I, art. 73 inciso I, Decreto-Lei 2.848/1940 art. 168-A, Constituição Federal art. 37 inciso II, como também princípios públicos decorrentes destas normas legais e da Constituição Federal. Diante das irregularidades encontradas no período analisado sugerimos o encaminhamento do relatório ao Ministério Público.

- ANÁLISES:

Nos trabalhos de campo foram encontradas diversas irregularidades tais como: pagamento efetuado sem prévio empenho, impostos e contribuições retidas e não repassados as entidades competentes, pagamentos a fornecedores sem retenção de tributo obrigado por lei, receitas não contabilizadas e despesas não autorizadas (caixa



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

2), nota fiscal com indícios de alteração no valor, falta de assinatura do liquidante nos pagamentos de despesas, recolhimentos de encargos sociais em atraso, pagamento a fornecedor após protesto em cartório, também, identificamos alguns procedimentos realizados de forma arcaica que precisam de melhoramentos para melhor eficiência e transparência na Autarquia tal folha de pagamento mecanizada e paga diretamente aos servidores. Deixamos a observação que no decorrer da auditoria passamos algumas orientações verbais à direção e aos servidores da tesouraria.

Situações Irregulares:

1.1- Despesa com vestibular 2013, processo realizado diretamente pela entidade, totalizando um valor de R\$ 10.910,05 (dez mil e novecentos e dez reais e cinco centavos);

a) O pagamento referente à despesa do empenho nº 52 foi realizada antes da emissão do mesmo;

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. Lei (4.320/1964)

b) Houve retenções nos pagamentos aos prestadores pessoas físicas de ISS e INSS sem repasses ao Município e Previdência respectivamente;

Art. 15. Considera-se:

I - empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional; (grifos nosso)

Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas:

I - a empresa é obrigada à: a) arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração; (8.212/1991).

Apropriação indébita previdenciária

Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: (Decreto-Lei 2.848/1940)

c) Alguns recibos nos processos de pagamentos sem a respectiva assinatura do credor;

d) Pagamentos aos diretores da Fachuca por serviços prestados a mesma, valores efetuados sem quaisquer descontos legais empenhos 39 e 37.

Anexo pág. 01 a 52



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

- 1.2- Pagamentos efetuados a vencedora em processo licitatório, por serviços de reforma, a empresa Vetor Engenharia e Consultoria Ltda. CNPJ 02.268.011/0001-82. Não houve retenções dos tributos ISS, INSS e IR, como também, sem apresentação das certidões negativas do fornecedor. Valor R\$ 101.926,16 (cento e um mil novecentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos);

Art. 31. A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33

§ 1º O valor retido de que trata o caput deste artigo, que deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, poderá ser compensado por qualquer estabelecimento da empresa cedente da mão de obra, por ocasião do recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social devidas sobre a folha de pagamento dos seus segurados.

§ 2º Na impossibilidade de haver compensação integral na forma do parágrafo anterior, o saldo remanescente será objeto de restituição.

§ 3º Para os fins desta Lei, entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade-fim da empresa, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação.

§ 4º Enquadram-se na situação prevista no parágrafo anterior, além de outros estabelecidos em regulamento, os seguintes serviços:

I - limpeza, conservação e zeladoria;

II - vigilância e segurança;

III - empreitada de mão-de-obra;

IV - contratação de trabalho temporário na forma da Lei nº 6019, de 3 de janeiro de 1974.

§ 5º O cedente da mão-de-obra deverá elaborar folhas de pagamento distintas para cada contratante. (Lei 8.212/1991)

Anexo pág. 53 a 57

- 1.3- Folha de pagamento do setor administrativo efetuado por processo arcaico e feito diretamente aos beneficiários sem depósito em conta corrente, valor bruto do empenho R\$ 8.691,81 (oito mil e seiscentos e noventa e um reais e oitenta e um centavos), inclusive toda folha de pagamento da entidade é feita com o mesmo procedimento. Não há irregularidade neste caso apenas deixamos a ressalva que o sistema deve ser aperfeiçoado para uma melhor transparência e eficiência;

Anexo pág. 58 a 78



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

- 1.4- Recolhimento em atraso de FGTS 11/2012, 12/2012, 03/2013 e INSS 11/2012 e 12/2012 provocando encargos respectivamente de R\$ 994,01 (novecentos e noventa e quatro reais e um centavo) e R\$ 4.271,11 (quatro mil duzentos e setenta e um reais e onze centavos). Falta de planejamento e dispêndios de recursos;

Anexo pág. 79 a 83

- 1.5- Pagamentos no valor de R\$ 22.739,73 (vinte e dois mil reais setecentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos) feito à direção da entidade competência Jan/2013. Falta de dispositivo legal regulamentando a matéria, deixamos a ressalva que a única norma encontrada em relação à remuneração da direção da Fachuca é o decreto nº 684/81 que equipara os vencimentos dos diretores de Autarquias com a remuneração dos secretários municipais e a do vice-diretor em 50% dos vencimentos daqueles, e entendemos que só através de lei é que se poderiam criar tais direitos para os diretores e a respectiva obrigação para a entidade;

Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; (grifos nosso)

II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços (Lei 4.320/1964)

Anexo pág. 84 a 91

- 1.6- Conta de energia elétrica de um dos prédios da Fachuca ainda em nome de pessoa física o Sr. Alberto José Gomes CPF 104.944.484-15. Recomendamos a devida alteração;

Anexo pág. 92

- 1.7- Convênio supostamente verbal com a farmácia E. R. Alves Junior Farmácia ME CNPJ 07.182.676/0001-92 onde os servidores compram medicamentos na empresa e os valores são descontados em folha, fazemos a observação que nos processos de pagamentos ao conveniado constam apenas recibos e falta o controle de retirada de medicamentos e lista dos servidores com respectivas assinaturas. Os valores totais pagos ao fornecedor no período auditado não correspondem aos descontos em folha na mesma época, valor total pago R\$ 14.705,71 (quatorze mil reais e setecentos e cinco reais e setenta e um centavo) valor descontado em folha R\$ 4.955,42 (quatro mil reais e novecentos e



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), diferença encontrada R\$ 9.750,29 (nove mil e setecentos e cinquenta reais e vinte e nove centavos);

Anexo pág. 93 a 135

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei; (Lei 8.429/1992)

- 1.8- Folha de pagamento avulsa para Guarda Municipal (Fevereiro/2013) valor R\$ 2.392,83 (dois mil e trezentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos). Isto ocorre mensalmente, entretanto, os guardas já são servidores do Município e a Autarquia não precisa remunerar os mesmos, recomendamos informar o órgão responsável pela guarda e solicitar os serviços de guarda patrimonial. A controladoria já oficiou a Autarquia para esta regularização;

Anexo pág. 136 e 137

- 1.9- Retenções de INSS e ISS de prestadores de serviços pessoas físicas a entidade valores respectivamente de R\$ 11.791,75 (onze mil setecentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos) e R\$ 4.643,38 (quatro mil e seiscentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos). De acordo com a relação de empregado da GFIP nos períodos correspondentes a entidade não está informando nem repassando os valores à previdência social, também não consta nenhum DAM recolhendo os valores de ISS ao Município em relação ao imposto sobre serviços a Autarquia não vem cumprindo corretamente a Lei Municipal 1.993/2001;

Apropriação indébita previdenciária

Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: (Decreto-Lei 2.848/1940).

Art. 73 -Considera-se responsável solidariamente pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISS:

I - qualquer tomador de serviço, pessoa física ou jurídica, quando o prestador do serviço estabelecido ou domiciliado neste Município não comprovar a sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes ou deixar de emitir a Nota Fiscal de Serviços, estando obrigado a fazê-lo; (Lei 1.993/2001)



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

Art. 70 - São isentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza os profissionais autônomos, sem formação profissional, que exerçam as seguintes atividades:

I - Alfaiate, Amolador, Artesão, Arrumadeira, Barbeiro, Bordadeira, Borracheiro, Camareira, Carpinteiro, Carregador, carroceiro, Chaveiro, Colchoeiro, Cozinheiro, Cuteleiro, Depiladora, Doceira, Eletricista, Encanador, Engraxate, Faxineiro, Ferrador, Ferreiro, Funileiro, Jardineiro, Lavadeira, Lavador, Manicure, Passadeira, Pasteleira, Pedicure, Pedreiro, Pintor, Pipoqueiro, Relojoeiro, Sapateiro, Saleiro, Servidor, Soldador, Vigia e Zelador. (Lei 1.993/2001)

Anexo pág. 138 a 307

- 1.10- Arrecadação não prevista no orçamento e pagamentos não autorizados pelo mesmo, (caixa 02), valores pagos R\$ 7.739,46 (sete mil e setecentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos), receitas depositadas em conta corrente R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais). Não previsão em lei, total falta de transparência na arrecadação da receita e nos gastos efetuados pelo método, retirada pelo diretor de valores neste caixa sem prestações de contas, recibos inadequados, total falta de controle de arrecadação e pagamentos. Tendo em vista a dificuldade pelos membros da auditoria para efetuar cópias dos documentos encontrados neste caixa, foram agrupados alguns recibos de retiradas e pagamentos, digitalizados para servir como um parâmetro, apesar da precariedade dos documentos originais, os mesmos encontram-se em poder da Autarquia;

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais. (Lei 4.320/1964)

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

- I - a origem e o objeto do que se deve pagar;*
- II - a importância exata a pagar;*
- III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.*

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

- I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;*
- II - a nota de empenho;*



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço. (Lei 4320/1964)

Anexo pág. 308 a 310

- 1.11- Pagamento a S.O.S Comércio e Serviços CNPJ 06.073.352/0001-53 somente após a mesma protestar a Autarquia em cartório de ofício, valor original R\$ 1.999,98 (mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) referente as nota fiscal fatura nº 3615, 3616, 3617, 3620, 3618, 3619, 3668, 3659, 3658, 3656 e 3657, pago em cartório R\$ 2.309,71 (dois mil trezentos e nove reais e setenta e um centavos) soma das respectivas notas e custas. Ocorreu falta de controle, planejamento e cumprimento da execução orçamentária;

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. (Lei 101/2000)

Anexo pág. 311 a 330

- 1.12- Pagamento a empresa Francisco De Assis F Lima – ME CNPJ 00.810.161/0001-40 no valor de R\$ 463,64 (quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos), inclusive em consulta ao site da receita federa a empresa não é optante pelo simples nacional. Falta nota fiscal do fornecedor consta apenas um mero recibo, isso ocorre com frequência em vários pagamentos;

Anexo pág. 331 a 335

- 1.13- Quadro do pessoal em desacordo as normas constitucionais, haja vista existência de pessoal contratado sem concurso antes e após a constituição de 1.988, e com situação ainda não definida pela Autarquia;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Constituição Federal)

Anexo pág. 336 e 337



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

- 1.14- Atrasos constantes no envio das prestações de contas do PROUPE – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS EM PERNAMBUCO, ocasionando transtornos, cobranças e avisos de possível perda do convênio, situação atualmente sendo solucionada pela nova direção;

Anexo pág. 338 a 342

- 1.15- A entidade encontra-se em mora com a previdência própria dos servidores do Município CABOPREV, pendência com os repasses das contribuições descontadas e com a parte patronal no período de Abril a Agosto, valor total R\$ 70.896,74 (setenta mil e oitocentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos);

Anexo pág. 343

- 1.16- 03 (três) estagiários sendo que 02 (dois) recebendo bolsa de um salário mínimo R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), e o outro R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais). Princípio da isonomia ferido e vínculo familiar do favorecido com a direção;

Anexo pág. 344 e 345

- 1.17- Pagamentos nos meses de Abril e Fevereiro à Sra. Carla Ferreira dos Santos, valor total R\$ 1.223,96 (um mil e duzentos e vinte reais e noventa e seis centavos). A mesma não faz parte do quadro de funcionários da autarquia e segundo declaração não foi prestado nenhum serviço a entidade;

Anexo pág. 346 a 357

- 1.18- Pagamentos a Marcia Maria do Nascimento 55220088491 CNPJ 14.820.990/0001-19, notas fiscais 0066 e 0064 com fortes indícios de adulteração na quantidade dos itens e no valor total, na quantidade foi alocado o número 1 (um) transformando dezenas em centenas e no valor total posto um 4 (quatro) à frente, alterando os valores 52,00 (cinquenta e dois) para 452,00 (quatrocentos e cinquenta e dois) e 32,00 (trinta e dois) para 432,00 (quatrocentos e trinta e dois). Os documentos foram digitalizados para uma melhor visualização;

Anexo pág. 358 a 364

- 1.19- Antes do encerramento dos trabalhos de campo foi detectado junto a Caixa Econômica Federal um débito referente a dois parcelamentos relativos à FGTS, nos dois casos a Autarquia só pagou a primeira parcela e abandonou os mesmos,



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

inclusive os valores estão ajuizados e o valor total da dívida é de R\$ 747.786,23 (setecentos e quarenta e sete mil e setecentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos). Dada à gravidade desta situação e o valor muito expressivo, recomendamos uma avaliação individual financeira e jurídica.

Anexo pág. 365

– Recomendamos: Tendo em vista o cumprimento das normas legais, transparência, publicidade, economicidade e continuidade dos objetivos da Autarquia.

Recomendações:

- 1.1- Levantamento patrimonial do imobilizado tombado, medição dos limites da área pertencente à entidade, inventário dos livros constante na biblioteca;
- 1.2- Capacitação do pessoal responsável pela tesouraria;
- 1.3- Exigência de nota fiscal eletrônica de todos os fornecedores e prestadores de serviços, exceto ao Microempreendedor Individual – MEI, conforme protocolo ICMS 42 e legislação;
- 1.4- Estudo para um melhor aproveitamento das áreas físicas, pois só no período noturno é bem aproveitada;
- 1.5- Atualização do Estatuto da Autarquia;
- 1.6- Implantação de dispositivo legal quanto à remuneração dos diretores da entidade;
- 1.7- Adequação aos dispositivos constitucionais do pessoal contratado antes da promulgação da C.F de 1.988 e após a mesma;
- 1.8- Adequação eletrônica e bancária da folha de pagamento;
- 1.9- Efetuar cotações de preços nas compras e serviços prestados à entidade;
- 1.10- Verificar no site da receita federal se os fornecedores e prestadores de serviços são optantes pelo simples. Caso não sejam enquadrados no supersimples, efetuar as retenções de tributos conforme legislação em vigor;
- 1.11- Consultar o art. 70 da Lei Municipal 1.993/2001 que isenta diversos autônomos do ISS (impostos sobre serviços), com o objetivo de evitar retenções indevidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

1.12- Reter o ISS (impostos sobre serviços) de acordo com o Art. 73 da Lei Municipal 1.993/2001 que considera responsável pelo imposto qualquer tomador de serviços, pessoa física ou jurídica, quando o prestador do serviço estabelecido ou domiciliado neste Município não comprovar a sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes ou deixar de emitir a Nota Fiscal de Serviços, estando obrigado a fazê-lo.

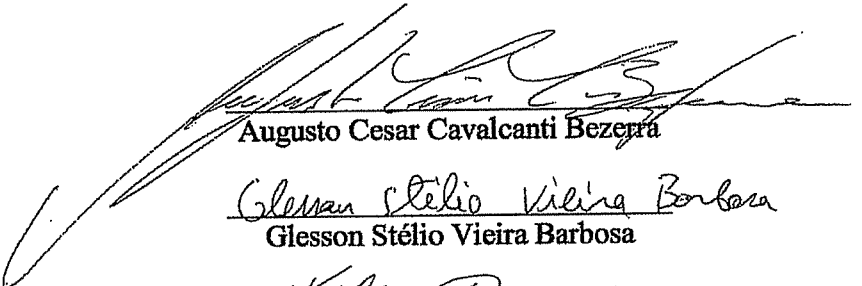
1.13- Proceder respectivo processo licitatório, quando assim for necessário.

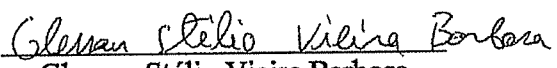
- Diretores responsáveis pela Autarquia no período auditado:

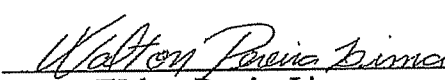
Nº	Matrícula	Nome	RG	CPF
01	067	Joaquim Severino da Silva Filho	1.373.908 SSP-PE	124.721.824-49
02	006	Vera Lúcia Gonçalves Lins	128.943 SSP-AL	076.559.594-04

É o Relatório

Cabo de Santo Agostinho, 10 de outubro de 2013.


 Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra


 Glesson Stélio Vieira Barbosa


 Walton Pereira Lima



CÓPIA ⁸³

PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Ofício CGM nº 032/2013.

Cabo de Santo Agostinho, 18 de Outubro de 2013.

A

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho - FACHUCA

Ilma. Diretora Geral

Sra. Tereza de Jesus. Lira e Silva

Prezada Diretora,

Cumprimentando-a, vimos enviar o Relatório de Auditoria realizado na FACHUCA, de acordo com a Portaria GAPRE nº 0541 de 18/19/2013.

Na oportunidade, apresentamos votos de consideração.

Atenciosamente,


Alinne Girlaine Liberal Torreão
Controladora

Recebido em
18/10/2013
Tereza de Jesus S. Lira e Silva
Diretora Geral
Mat. 0139



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

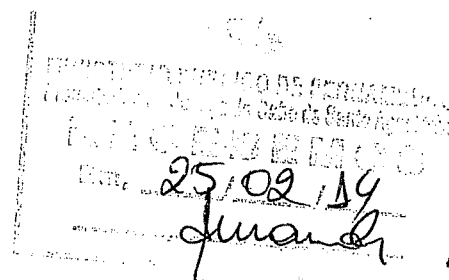
Ofício CGM nº 028/2014.

CÓPIA

Cabo de Santo Agostinho, 21 de fevereiro de 2014.

A Ilma. Sra. Promotora de Justiça
Dra. ALICE DE OLIVEIRA MORAIS
 Ministério Público do Estado de Pernambuco
 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania

Prezada Promotora de Justiça,



Cumprimentando-a, vimos encaminhar para conhecimento e providências que entender pertinentes os Relatórios de Auditoria, bem como os seus respectivos anexos, em meio digital, referente a Auditoria Especial realizada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, nos períodos de janeiro de 2011 a dezembro de 2012; janeiro de 2013 a agosto de 2013.

Colocamos-nos a disposição para esclarecimento que se faça necessário. Na oportunidade, aproveitamos o ensejo para renovar-lhe nossos protestos e votos de consideração e estima.

Atenciosamente,

Alinne Giralaine Liberal Torreão
ALINNE GIRLAINE LIBERAL TORREÃO
 Controladoria Geral do Município – CGM
 Controladora Geral

CENTRO ADMINISTRATIVO JOAQUIM NABUCO – CAM.
 Rua Manoel Queiroz da Silva, nº 145 – Bairro Torrinha – Cabo de Santo Agostinho – PE
 CEP 54525-180 | Fones: (81) 3521 3829 - 3521 2638

CÓPIA

Ofício CGM nº 023/2013.

Cabo de Santo Agostinho, 23 de setembro de 2013.

A

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho -
FACHUCA

Ilma. Diretora Geral “em exercício”

Sra. Tereza Lira

Prezada Diretora,

Cumprimentando-a, tendo em vista este Órgão de Controle Interno está realizando procedimento de auditoria na FACHUCA, vimos dizer o que segue.

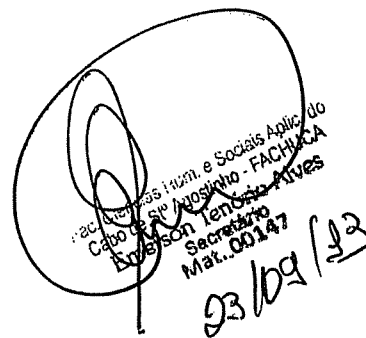
Foi detectado pela equipe de auditoria que existem contratações irregulares, a exemplo de serviços de segurança e vigilância. Ainda, verificou-se que algumas dessas pessoas são do quadro de servidores do Município do Cabo.

Portanto, como a Fachuca recebe verba do Município não poderiam esses servidores receber salário pela Faculdade. Desta feita, recomendamos de imediato resolver tal irregularidade.

Na oportunidade, apresentamos votos de consideração.

Atenciosamente,


Alinne Girlaine Liberal Torreão
Controladora


Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do
Cabo de Santo Agostinho - FACHUCA
Evelson Tenório Alves
Secretário
Mat. 00147
23/09/13



CÓPIA 86

PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Ofício CGM nº 029/2014.

Cabo de Santo Agostinho, 25 de fevereiro de 2014.

A Ilma. Sra.

Tereza de Jesus S. Lira e Silva

Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho - FACHUCA

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, tendo em vista o término da Auditoria realizada nesta Instituição referente à Avaliação de Gestão nos períodos de janeiro/2011 a dezembro/2012, vimos encaminhar para conhecimento e providências que achar pertinente o relatório com seus respectivos anexos, em meio digital. Na oportunidade, informo também, que Oficiamos o Órgão Ministerial.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para renovar-lhes nossos protestos de consideração e estima.

Atenciosamente,

Alinne Girlaine Liberal Torreão
Alinne Girlaine Liberal Torreão
Controladora Geral

Recb em
25/02/2014
Fernando Duro



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

ATO Nº 016/2014

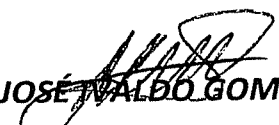
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467/2008 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei Nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho.

RESOLVE:

NOMEAR: TEREZA DE JESUS SALES LIRA E SILVA, mat. 00139, ao cargo de **DIRETORA GERAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - FACHUCA**, símbolo CC1B, a partir de 07 de janeiro de 2014, com lotação na **FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - FACHUCA**.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Cabo de Santo Agostinho, 07 de janeiro de 2014.


JOSE VALDO GOMES
Prefeito

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467/2008 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei Nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho.

RESOLVE:

EXONERAR: TEREZA DE JESUS SALES LIRA E SILVA, do cargo de **COORDENADOR**, símbolo CC3, a partir de 07 de janeiro de 2014, com lotação na **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Cabo de Santo Agostinho, 07 de janeiro de 2014.

JOSÉ IVALDO GOMES

Prefeito

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:3DC5DF9E

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
ATO Nº 016/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467/2008 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei Nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho.

RESOLVE:

NOMEAR: TEREZA DE JESUS SALES LIRA E SILVA, mat.00139, ao cargo de **DIRETORA GERAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - FACHUCA**, símbolo CC1B, a partir de 07 de janeiro de 2014, com lotação na **FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - FACHUCA**

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Cabo de Santo Agostinho, 07 de janeiro de 2014.

JOSÉ IVALDO GOMES

Prefeito

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:4E54E233

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
ATO Nº 017/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467/2008 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei Nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho.

RESOLVE:

NOMEAR: MARIA HELENA LEITE DE LIMA, ao cargo de **ASSISTENTE DE GABINETE**, símbolo CC4, com efeito retroativo ao dia 05 de dezembro de 2013, com lotação no **GABINETE DO PREFEITO-GAPRE**.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Cabo de Santo Agostinho, 07 de janeiro de 2014.

JOSÉ IVALDO GOMES

Prefeito

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:1A20A381

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
ATO Nº 018/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467/2008 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei Nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho.

RESOLVE:

EXONERAR: SARA JANUARIA DA SILVA, do cargo de **ASSESSOR ESPECIAL**, símbolo CC1B, a partir de 07 de janeiro de 2014, com lotação na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS**.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Cabo de Santo Agostinho, 07 de janeiro de 2014.

JOSÉ IVALDO GOMES

Prefeito

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:7C36BA6F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARNAÍBA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA

PORTARIA Nº 074/ 2014

O Prefeito Constitucional do Município de Carnaíba, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** a Senhora **INÊS JURUBEBA RODRIGUES CAMPOS**, para o Cargo Comissionado - **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** - Símbolo CC 1- Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 13 de janeiro de 2014.

JOSÉ MÁRIO CASSIANO BEZERRA

Prefeito

Publicado por:
Gaudencio Gomes Pereira Neto
Código Identificador:9F47036F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA

PORTARIA Nº 075/ 2014



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
PORTARIA GAPRE Nº 0541, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Ementa: Altera a composição da Comissão de Auditoria que será realizada na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, revoga a Portaria GRAPRE nº 426 de 26 de agosto de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Auditoria na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da **Comissão de Auditoria** que será realizada na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, visando apurar a procedência de denúncias protocoladas no Gabinete do Prefeito, destituindo da composição **Genésio Alves Linhares**, Matrícula nº 00136, e nomeando **Walton Pereira Lima**, Matrícula nº 32466, passando a comissão a ser composta pelos seguintes servidores:

- I Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra**, Matrícula nº 40670, lotado na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – SMAJ, **Presidente**;
- II Glesson Stelio Vieira Barbosa**, Matrícula nº 32471, lotado na Controladoria Geral do Município – CGM, **Membro**; e
- III Walton Pereira Lima**, Matrícula nº 32466, lotado na Controladoria Geral do Município – **Membro**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 28 de agosto de 2013.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GAPRE nº 0426, de 26 de agosto de 2013.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 18 de setembro de 2013.

JOSÉ WALDO GOMES
-PREFEITO-

Tatiana Cavalcanti Gonçalves Guerra
 Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho
 Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – SMAJ
 Secretária Municipal – Matr. 40670 – Portaria 20275

Publicada no DOM–Diário Oficial do Município de 23/09/2013, a pág. 3, em <http://www.diariomunicipal.com.br/amupe>.

Praça Ministro André Cavalcanti, s/nº – Centro – Cabo de Santo Agostinho/PE – CEP 54505-904
 Fone: (81) 3521 6600 - 3521 6605 - 3521 6650 | Fax: (81) 3521 6601 - 3524 9105

Portaria nº0541/2013 - 1/1

Art. 1º Fica instituída a Unidade Gestora Local – UGL, com o objetivo de acompanhar as obras da “Praça dos Esportes e da Cultura”, bem como atuar como interlocutora, no âmbito do Município do Cabo de Santo Agostinho, perante o Ministério da Cultura e demais Ministérios responsáveis pela gestão do referido equipamento público.

Art. 2º A Unidade Gestora Local – UGL, será composta pelos seguintes membros:

NOME	FUNÇÃO
Wellington Mendes Steves	Coordenador Geral
Manoel de Almeida Castro Neto	Coordenador de Engenharia (responsável pela obra)
Luiz Bezerra de Lima	Coordenador de Cultura
Daniel Poncel Santos	Coordenador de Esportes
Andrea Maria Galdino dos Santos	Coordenadora de Assistência Social
Renilson Pedro da Silva	Coordenador de Desenvolvimento Econômico
Bruna Melo de Souza Anjos	Coordenadora de Segurança Cidadã
Elvis Plínio Vicente Ferreira	Coordenador de Inclusão Digital

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria GAPRE 292, de 03 de julho de 2012.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 17 de setembro de 2013.

JOSÉ IVALDO GOMES
Prefeito

TATIANA CAVALCANTI GONÇALVES GUERRA
Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:5AF84E24

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

PORTARIA GAPRE Nº 0541, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Ementa: Altera a composição da Comissão de Auditoria que será realizada na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, revoga a Portaria GRAPRE nº 426 de 26 de agosto de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Auditoria na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão de Auditoria que será realizada na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, visando apurar a procedência de denúncias protocoladas no Gabinete do Prefeito, destituindo da composição **Genésio Alves Linhares**, Matrícula nº 00136, e nomeando **Walton Pereira Lima**, Matrícula nº 32466, passando a comissão a ser composta pelos seguintes servidores:

I Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra, Matrícula nº 40670, lotado na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – SMAJ, **Presidente**;

II Glesson Stelio Vieira Barbosa, Matrícula nº 32471, lotado na Controladoria Geral do Município – CGM, **Membro**; e

III Walton Pereira Lima, Matrícula nº 32466, lotado na Controladoria Geral do Município – **Membro**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 28 de agosto de 2013.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GAPRE nº 0426, de 26 de agosto de 2013.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 18 de setembro de 2013.

JOSÉ IVALDO GOMES
Prefeito

TATIANA CAVALCANTI GONÇALVES GUERRA
Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:EFEA854B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª CPL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº
032/PMCSA-SMDS/2013 - PROCESSO Nº. 054/PMCSA-
SMDS/2013**

A Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, através da Secretaria Municipal de Defesa Social, publica a homologação do **Pregão Presencial nº. 032/PMCSA-SMDS/2013**, que teve como objeto a **aquisição de motocicletas para a Guarda Municipal**, que apresentou a seguinte empresa como vencedora: **MOTO MAIS LTDA**. CNPJ Nº 03.051.412/0001-49 Item 1.

Cabo de Santo Agostinho, 19 de setembro de 2013

RICARDO MARLON DE OLIVEIRA PEREIRA
Secretário Municipal de Defesa Social

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:FD2557F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª CPL

**PROCESSO Nº 0047/PMCSA-SECOM/2013 -
CONCORRÊNCIA Nº 002/PMCSA-SECOM/2013 -
JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA**

A Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, através da Secretaria Executiva de Comunicação Social e da 1ª CPL informa às empresas participantes da Concorrência nº 002/PMCSA-SECOM/2013, que tem como objeto a contratação de agência de publicidade para a produção e execução técnica de peças e projetos publicitários, planejamento, criação, acompanhamento de produção, elaboração de planos de mídia e distribuição de publicidade aos veículos, produção de peças publicitárias de apoio a eventos educacionais, culturais e artísticos e ou marketing promocional, planejamento e execução de pesquisas e outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo e os meios de divulgação ou sobre o resultado das campanhas realizadas além da criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, o julgamento das propostas técnicas referentes ao certame em tela, conforme abaixo descrito: “- A Subcomissão julgou da seguinte forma, sobre a via não identificada: **Bom pra mim, bom pra você:** Não obedeceu à formatação exigida pelo Edital no subitem 8.1.3 em todas as páginas textuais, quanto ao espaçamento dado entre linhas e parágrafos. Trouxe, na página 16, formatação também em desacordo com o subitem 8.1.6, ao trazer uma cartilha em arte finalizada. **É isso e muito mais:** Descumpriu a formatação exigida pelo Edital no subitem 8.1.3 em todas as páginas textuais quanto ao espaçamento entre linhas e parágrafos. **Faz bem pra gente:** Não obedeceu à formatação exigida pelo Edital no subitem 8.1.3, nas páginas 18, 19 e 20, quanto ao espaçamento dado entre parágrafos. **Plenárias Participativas:** Não obedeceu à formatação exigida pelo Edital no subitem 8.1.3 nas páginas 3 e 6 quanto à margem inferior, tendo provocado quebra de página; na página 7 descumpriu o espaçamento entre linhas e parágrafos. **Você é a nossa força:** Não obedeceu à formatação exigida pelo Edital no subitem 8.1.3 em todas as páginas quanto ao espaçamento entre linhas e parágrafos. Provocou quebra na margem inferior nas páginas 6, 9 e

**PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO****ATO Nº 869/2013**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467/2008 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei Nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho.

RESOLVE:

NOMEAR INTERINAMENTE: A PROFESSORA TEREZA DE JESUS SALES LIRA E SILVA, mat. 00139, ao cargo de DIRETORA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - FACHUCA, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Cabo de Santo Agostinho, 26 de agosto de 2013.

JOSE ALBO GOMES
Prefeito

***PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

Cabo de Santo Agostinho, 13 de agosto de 2013.

JOSÉ IVALDO GOMES
Prefeito

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:F4C5DE13

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
ATO Nº 869/2013

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467/2008 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei Nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho.

RESOLVE:

NOMEAR INTERINAMENTE: A PROFESSORA TEREZA DE JESUS SALES LIRA E SILVA, mat. 00139, ao cargo de **DIRETORA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - FACHUCA**, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Cabo de Santo Agostinho, 26 de agosto de 2013.

JOSÉ IVALDO GOMES
Prefeito

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:2FB38B85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/PMCSA-SEARH/2013

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para os veículos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho (exceto a Secretaria Municipal de Saúde). **Valor Total:** R\$ 488.616,00. Referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº. 020/PMCSA-SEARH/2013. **Contratada:** CESAR RODAS COMERCIAL LTDA. - ME.

Cabo de Santo Agostinho, 31 de julho de 2013.

GILSON CABRAL DE MENDONÇA
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:97FC9B79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª CPL
CONTRATO Nº 035/PMCSA-SEOBP/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos técnicos executivos de Macrodrenagem no entorno da Avenida Miguel Arraes, tendo como jusante a travessia da rodovia BR 101 (trecho antigo), localizado no Distrito de Ponte dos Carvalhos no Município do Cabo de Santo Agostinho. **Valor Total:** R\$ 30.718,92. Referente à DISPENSA Nº 006/PMCSA-SEOBP/2013. **Contratada:** PETRAL – SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.

Cabo de Santo Agostinho, 07 de agosto de 2013.

OSMAN DA CUNHA BELTRÃO JÚNIOR
Secretário Executivo de Obras Públicas

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:3BCB0F54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª CPL
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 064/PMCSA-SMPROS/2011

Objeto: Prorrogação do prazo contratual, por mais um período de 12 (doze) meses, passando seu termo final para o dia 30 de maio de 2014, juntamente com o reajuste de valor do contrato, de conformidade com a cláusula quinta do mesmo, a qual estipula como índice de reajuste contratual o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Referente à DISPENSA Nº. 008/PMCSA-SMPROS/2011. **Locador:** LAMARTINE LEITE DE ANDRADE.
Cabo de Santo Agostinho, 30 de maio de 2013.

RONALDO FRANCISCO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Programas Sociais

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:3531578C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª CPL
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 025/PMCSA-SMAJ/2011

Objeto: Prorrogação do prazo contratual, referente a licenciamento de uso com prestação de serviço anual do software CP-Pro, por um período de mais 12 (doze) meses, passando o seu termo final para 05 de abril de 2014. **Valor Total:** R\$ 30.804,00. Referente à INEXIGIBILIDADE Nº. 003/PMCSA-SMAJ/2011. **Contratada:** NOVAPROLINK TECNOLOGIA LTDA.
Cabo de Santo Agostinho, 05 de abril de 2013.

TATIANA CAVALCANTI GONÇALVES GUERRA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:DACCA9D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª CPL
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 055/PMCSA-SME/2012

Objeto: Prorrogação do prazo contratual, por mais um período de 12 (doze) meses, passando seu termo final para o dia 26 de julho de 2014, juntamente com o reajuste de valor do contrato, de conformidade com a cláusula quinta do mesmo, a qual estipula como índice de reajuste contratual o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **Valor Total:** R\$ 25.606,92. Referente à DISPENSA Nº. 011/PMCSA-SME/2012. **Locador:** JOSÉ ROMILDO RODRIGUES DOS SANTOS.
Cabo de Santo Agostinho, 26 de julho de 2013.

ELIAS JOSÉ DOS SANTOS
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Arthur Suedson Mendes do Nascimento
Código Identificador:1F2D4100

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª CPL
3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 082/PMCSA-SME/2011



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

DECRETO Nº 1.132, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

Ementa: *Dispõe sobre a exoneração do Diretor e Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, e revoga o Decreto nº 287/2009 que "Nomeia o Diretor e a Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, ..." e dá outras providências.*

O Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos incisos V e XVI do artigo 55, da Lei Orgânica do Município; e

Considerando a necessidade de Auditoria na Autarquia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA.

DECRETA

Art. 1º Ficam exonerados dos cargos de Diretor e Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, respectivamente, o Sr. Joaquim Severino da Silva Filho, brasileiro, casado, com formação em Letras, inscrito no CPF/MF sob o nº 124.721.824-49 e portador da RG nº 1373908/SSP-PE e a Srª Vera Lúcia Gonçalves Lins, brasileira, solteira, geógrafa, inscrita no CPF/MF sob o nº 076.559.594/04 e portadora da RG nº 128943/SSP-AL.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 287, de 09 de março de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de agosto de 2013.

Palácio Conde da Boa Vista, em 26 de agosto de 2013.

JOSÉ DE ALDO GOMES
-PREFEITO-

CHANCELAS:

Tatiana Cavalcanti Gonçalves Guerra.
Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos (SMAJ).

Lusivan Severino de Oliveira
Secretário Municipal de Gestão Pública (SMGP).

Elias José dos Santos.
Secretário Municipal de Educação (SME).

Publicado no DOM–Diário Oficial do Município de 28/08/2013, à pag. 11. em <http://www.diariomunicipal.com.br/amupe>.

Palácio Conde da Boa Vista, em 16 de agosto de 2013.

JOSÉ IVALDO GOMES

Prefeito

TATIANA CAVALCANTI GONÇALVES GUERRA

Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

JOSÉ SEVERINO BELO

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:

Arthur Suedson Mendes do Nascimento

Código Identificador:2B9411EA

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

PORTARIA GAPRE Nº 0426, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

Ementa: Cria a Comissão de Auditoria que será realizada na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA e nomeia os servidores para composição, e dá outras providências.

O Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Auditoria na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA;

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão de Auditoria que será realizada na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, visando apurar a procedência de denúncias protocoladas no Gabinete do Prefeito e nomear os servidores abaixo relacionados,

I Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra, Matrícula nº 40424, lotado na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – SMAJ, **Presidente;**

II Glesson Stelio Vieira Barbosa, Matrícula nº 32471, lotado na Controladoria Geral do Município – CGM, **Membro;** e

III Genésio Alves Linhares, Matrícula nº 00136, lotado na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA – **Membro.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 26 de agosto de 2013.

JOSÉ IVALDO GOMES

Prefeito

TATIANA CAVALCANTI GONÇALVES GUERRA

Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

Publicado por:

Arthur Suedson Mendes do Nascimento

Código Identificador:BB6E4558

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

DECRETO Nº 1.132, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

Ementa: Dispõe sobre a exoneração do Diretor e Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, e revoga o Decreto nº 287/2009 que "Nomeia o Diretor e a Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, ..." e dá outras providências.

O Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos incisos V e XVI do artigo 55, da Lei Orgânica do Município; e

Considerando a necessidade de Auditoria na Autarquia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA.

DECRETA

Art. 1º Ficam exonerados dos cargos de Diretor e Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, respectivamente, o Sr. Joaquim Severino da Silva Filho, brasileiro, casado, com formação em Letras, inscrito no CPF/MF sob o nº 124.721.824-49 e portador da RG nº 1373908/SSP-PE e a Srª Vera Lúcia Gonçalves Lins, brasileira, solteira, geógrafa, inscrita no CPF/MF sob o nº 076.559.594/04 e portadora da RG nº 128943/SSP-AL.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 287, de 09 de março de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de agosto de 2013.

Palácio Conde da Boa Vista, em 26 de agosto de 2013.

JOSÉ IVALDO GOMES

Prefeito

TATIANA CAVALCANTI GONÇALVES GUERRA

Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

LUSIVAN SEVERINO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Gestão Pública

ELIAS JOSÉ DOS SANTOS

Secretário Municipal de Educação

Publicado por:

Arthur Suedson Mendes do Nascimento

Código Identificador:A6481CA1

ESTADO DE PERNAMBUCO MUNICÍPIO DE CARNAIBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -FMS PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2013 PREGÃO PRESENCIAL n.º 010/2013 Objeto: Contratação dos serviços de tele medicina cardiológica junto ao Hospital do município de Carnaíba PE. Julgamento: 12/09/2013 às 9:00 horas. Editais e informações 087 3854 1101 ramal 208.

TÉRCIO RODRIGUES MARTINS

Pregoeiro.

Publicado por:

Gaudencio Gomes Pereira Neto

Código Identificador:88EA80B2

ESTADO DE PERNAMBUCO MUNICÍPIO DE GARANHUNS

AESGA - AUTARQUIA DO ENSINO SUPERIOR DE GARANHUNS

PORTARIA Nº 277/2013 DE 19 DE JULHO DE 2013

Ementa: Instaura e designa comissão organizadora do processo de matrícula dos cursos de graduação da AESGA, conforme especifica.

A PRESIDENTE DA AUTARQUIA DO ENSINO SUPERIOR DE GARANHUNS – AESGA; no uso de suas atribuições legais e constitucionais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 3445/2006 de 28 de dezembro de 2006 que estabelece a reorganização da AESGA;



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
PORTARIA GAPRE Nº 0426, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

Ementa: Cria a Comissão de Auditoria que será realizada na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA e nomeia os servidores para composição, e dá outras providências.

O Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Auditoria na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA;

RESOLVE:

Art. 1º Criar a **Comissão de Auditoria** que será realizada na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, visando apurar a procedência de denúncias protocoladas no Gabinete do Prefeito e nomear os servidores abaixo relacionados,

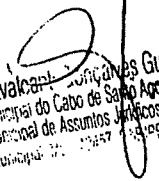
- I Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra**, Matrícula nº 40424, lotado na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – SMAJ, **Presidente**;
- II Glesson Stelio Vieira Barbosa**, Matrícula nº 32471, lotado na Controladoria Geral do Município – CGM, **Membro**; e
- III Genésio Alves Linhares**, Matrícula nº 00136, lotado na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA – **Membro**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 26 de agosto de 2013.


JOSEIVALDO GOMES
- PREFEITO -


Tatiana Cavalcanti
Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos-SMAJ
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos-SMAJ

Publicada no DOM–Diário Oficial do Município de 28/08/2013, à pág. 11, em <http://www.diariomunicipal.com.br/amupe>.

Praça Ministro André Cavalcanti, s/nº – Centro – Cabo de Santo Agostinho/PE – CEP 54505-904
Fone: (81) 3521 6600 - 3521 6605 - 3521 6650 | Fax: (81) 3521 6601 - 3524 9105

Palácio Conde da Boa Vista, em 16 de agosto de 2013.

JOSÉ IVALDO GOMES

Prefeito

TATIANA CAVALCANTI GONÇALVES GUERRA

Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

JOSÉ SEVERINO BELO

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:

Arthur Suedson Mendes do Nascimento

Código Identificador:2B9411EA

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

PORTARIA GAPRE Nº 0426, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

Ementa: Cria a Comissão de Auditoria que será realizada na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA e nomeia os servidores para composição, e dá outras providências.

O Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Auditoria na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA;

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão de Auditoria que será realizada na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, visando apurar a procedência de denúncias protocoladas no Gabinete do Prefeito e nomear os servidores abaixo relacionados,

I Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra, Matrícula nº 40424, lotado na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – SMAJ, **Presidente**;

II Glesson Stelio Vieira Barbosa, Matrícula nº 32471, lotado na Controladoria Geral do Município – CGM, **Membro**; e

III Genésio Alves Linhares, Matrícula nº 00136, lotado na Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA – **Membro**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 26 de agosto de 2013.

JOSÉ IVALDO GOMES

Prefeito

TATIANA CAVALCANTI GONÇALVES GUERRA

Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

Publicado por:

Arthur Suedson Mendes do Nascimento

Código Identificador:BB6E4558

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

DECRETO Nº 1.132, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

Ementa: Dispõe sobre a exoneração do Diretor e Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, e revoga o Decreto nº 287/2009 que "Nomeia o Diretor e a Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, ..." e dá outras providências.

O Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos incisos V e XVI do artigo 55, da Lei Orgânica do Município; e

Considerando a necessidade de Auditoria na Autarquia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA.

DECRETA

Art. 1º Ficam exonerados dos cargos de Diretor e Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, respectivamente, o Sr. **Joaquim Severino da Silva Filho**, brasileiro, casado, com formação em Letras, inscrito no CPF/MF sob o nº 124.721.824-49 e portador da RG nº 1373908/SSP-PE e a Srª **Vera Lúcia Gonçalves Lins**, brasileira, solteira, geógrafa, inscrita no CPF/MF sob o nº 076.559.594/04 e portadora da RG nº 128943/SSP-AL.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 287, de 09 de março de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de agosto de 2013.

Palácio Conde da Boa Vista, em 26 de agosto de 2013.

JOSÉ IVALDO GOMES

Prefeito

TATIANA CAVALCANTI GONÇALVES GUERRA

Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

LUSIVAN SEVERINO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Gestão Pública

ELIAS JOSÉ DOS SANTOS

Secretário Municipal de Educação

Publicado por:

Arthur Suedson Mendes do Nascimento

Código Identificador:A6481CA1

**ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARNAIBA**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -FMS
PREGÃO PRESENCIAL**

EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2013 PREGÃO PRESENCIAL n.º 010/2013 Objeto: Contratação dos serviços de tele medicina cardiológica junto ao Hospital do município de Carnaíba PE. Julgamento: 12/09/2013 às 9:00 horas. Editais e informações 087 3854 1101 ramal 208.

TÉRCIO RODRIGUES MARTINS

Pregoeiro.

Publicado por:

Gaudencio Gomes Pereira Neto

Código Identificador:88EA80B2

**ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

**AESGA - AUTARQUIA DO ENSINO SUPERIOR DE
GARANHUNS**

PORTARIA Nº 277/2013 DE 19 DE JULHO DE 2013

Ementa: Instaura e designa comissão organizadora do processo de matrícula dos cursos de graduação da AESGA, conforme especifica.

A PRESIDENTE DA AUTARQUIA DO ENSINO SUPERIOR DE GARANHUNS – AESGA; no uso de suas atribuições legais e constitucionais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 3445/2006 de 28 de dezembro de 2006 que estabelece a reorganização da AESGA;